CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÂO DE FISCALIZAÇÂO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2013

(Do Sr. Vanderlei Macris e Izalci)

Requer Audiência Pública com os senhores: **Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro - Ministro das Cidades, Jorge Fontes Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal e Cassandra Maroni Nunes, Secretária de Patrimônio da União(SPU), para discussão acerca das irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida em áreas federais do Distrito Federal prejudicando a população interessada.**

Senhor Presidente,

Requeiro que V. Exa., com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública, para discussão acerca das irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida em áreas federais do Distrito Federal prejudicando a população necessitada, com a presença dos Senhores:

1. **Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro - Ministro das Cidades;**

2. **Jorge Fontes Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal e**

3. **Cassandra Maroni Nunes - Secretária da Secretaria de Patrimônio da União (SPU)**

0127D3AB03
0127D3AB03

JUSTIFICAÇÃO

São graves as denúncias que apontam irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida, além de envolver áreas federais e prejudicando a finalidade do programa e população necessitada.

Conforme veiculado nas matérias:

"Fonte: Correio Braziliense - 27/05/2013

Por Mara Puljiz

Habitação
Golpe imobiliário em área federal

Denúncia de venda de lotes do Minha Casa, Minha Vida é investigada pela Controladoria-Geral da União e pelo TCDF

Vista geral da 4ª Etapa do Riacho Fundo 2: cooperativas acusadas de cobrar até R$ 20 mil por "entrada" em programa habitacional

Uma área do governo federal no Riacho Fundo 2 é alvo da cobiça de cooperativas e associações habitacionais. Em um jogo de cartas marcadas, cujo objetivo é beneficiar quem paga indevidamente por um lote financiado com dinheiro público, golpistas cobram alto em nome do sonho da casa própria. No empreendimento 4ª Etapa do bairro, onde 5.904 unidades habitacionais são construídas por meio de convênio entre a União e o GDF, há quem cobre de R$ 15 mil a R$ 20 mil como "entrada" para garantir um imóvel que deveria ser popular. Esse dinheiro acaba rateado pelos estelionatários. A Controladoria-Geral da União já tem

0127D3AB03
0127D3AB03

conhecimento do esquema e confirmou à reportagem que investiga a atuação dos criminosos. ...

O esquema envolve pelo menos 50 pessoas ligadas a cooperativas do Riacho Fundo e de Samambaia. As construções são financiadas pela Caixa Econômica Federal por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas é o GDF que tem a obrigação de monitorar a atuação das associações habitacionais. O projeto deveria beneficiar pessoas de baixa renda, indicadas pelas associações. Como as entidades ligadas a movimentos sociais têm liberdade para indicar os próprios afiliados, qualquer pessoa pode ser encaixada por meio de documentos fraudulentos para furar a fila.

O que tem ocorrido na Etapa 4 do Riacho Fundo 2, no entanto, é diferente do previsto no papel. Quem tem dinheiro para pagar pelo lote é colocado no lugar de um ex-associado e tem o nome cadastrado na Associação Pró-Morar do Movimento Vida de Samambaia (AMMVS), classificada pelo GDF para representar 203 entidades. Pelos critérios oficiais, o interessado deve apresentar o nada consta de imóveis no DF, comprovar cinco anos de moradia em Brasília e ter mais de 18 anos para poder ser encaixado como filiado da cooperativa ou associação, além de renda de até cinco salários mínimos.

A reportagem identificou que muitas dessas entidades também costumam separar uma parcela de vagas para atender as chamadas mensais da Codhab para que o interessado seja habilitado a receber um lote, desde que preencha os pré-requisitos. Com isso, qualquer pessoa pode comprar mais de uma vaga na própria entidade e colocar o imóvel no nome de um laranja, como filhos ou gente contratada para a fraude.

"Esquema forte"

A denúncia aparece em processo aberto na Controladoria-Geral da União (CGU) e no Tribunal de Contas (TCDF) em 2011 para apurar as supostas irregularidades. Desde 2010, 1.299 pessoas cadastradas na AMMVS entraram com pedidos de desistência para receber os lotes. Todos são assinados e têm firma reconhecida, porém, essas solicitações não estão acompanhadas dos documentos especificando os critérios usados pelas entidades para a seleção dos beneficiários e as razões das substituições das famílias. O item é exigido pela Concessão de Direito Real de Uso.

Gera desconfiança que do total de desistentes, 1.148, ou seja, 88,38% alegaram "motivos pessoais". O restante disse passar por problemas financeiros, ser beneficiário de outro programa habitacional, morte na família ou apenas "outros motivos". Em umdocumento ao qual o Correio teve acesso, o TCDF alerta que "a liberdade das cooperativas em substituir os associados sob genérica alegação de 'motivos pessoais'

O esquema de venda de lote na 4ª Etapa do Riacho Fundo tem endereço certo. Sem saber que estava sendo gravada, Maria negociou com a reportagem a Casa 19, na esquina na Quadra 34, Conjunto 1, cujo "dono" da cota seria um ex-deputado distrital. Após pagar o valor estipulado pelos estelionatários, ela garante a habilitação para moradia em até 30 dias. "É assim: você pode fazer (construir) uma base para subir depois, só que, de início, é padrão, porque, caso contrário, você não recebe a escritura. Vai sair o habite-se na hora que as casas da Caixa ficarem prontas, daí, você pode construir. Lá, já tem muito policial, gente da corregedoria e até assessor de político. O esquema é forte".*

*Antes de enviar o nome do falso cooperado para a Companhia de Desenvolvimento

0127D3AB03
0127D3AB03

Habitacional do Distrito Federal (Codhab), a golpista alerta para a necessidade de ter uma "carta de desistência" na mão. "Tenho umas vagas boas na 34 (quadra), mas preciso ter a carta na mão para não dar problema", alegou Maria.

Depois de pagar aos representantes de associações o valor da "entrada" do imóvel e mais um montante à AMMVS, referente a taxas de alvará e de projetos, o interessado é incluído no programa. Os documentos são remetidos para avaliação da Codhab, por meio da cooperativa. Os critérios de desistência, porém, não são especificados, ao contrário do que prevê o Decreto nº 20.426, de 1999 (leia O que diz a lei).

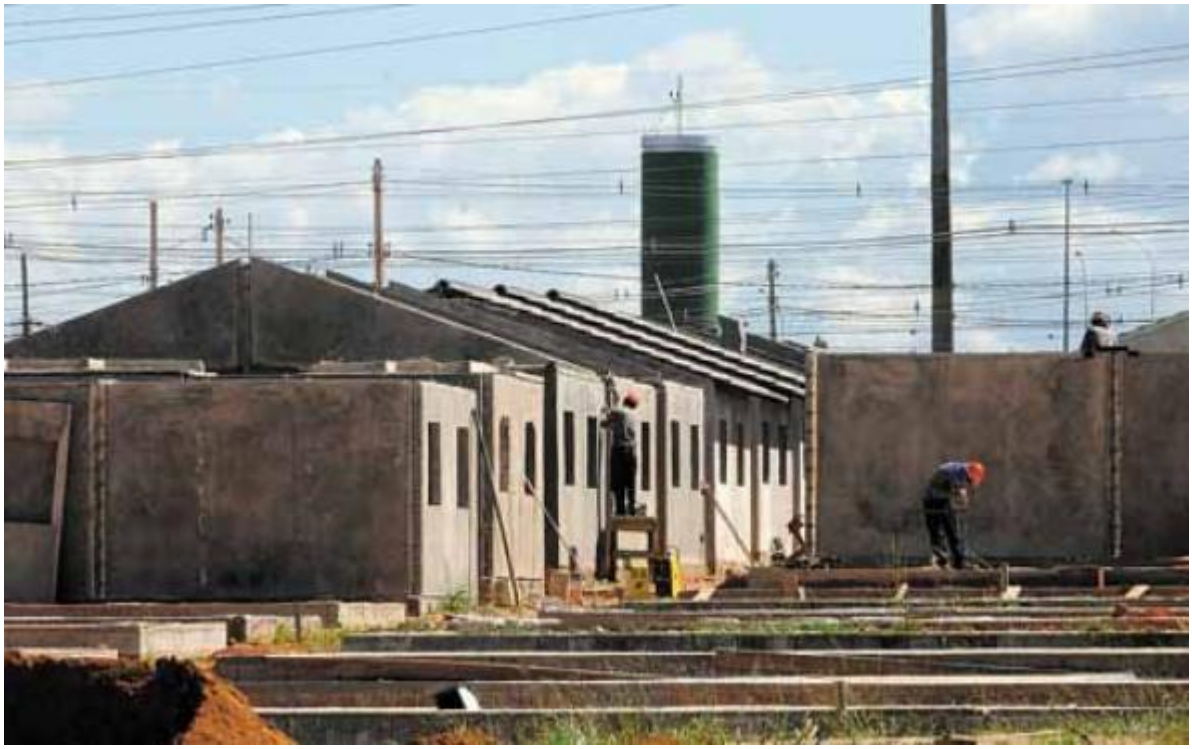
Radiografia
4ª Etapa do Riacho Fundo 2
Área: 1,3 milhão de metros quadrados
Unidades habitacionais: 5.089
Beneficiados: 20 mil pessoas
Apartamentos: 2.855

Casas: 2.234

Comércio: 40 lotes para uso comercial de pequeno porte; 72 para uso misto (comércio/habitação); e 12 para escolas e postos de saúde

O que diz a lei
As associações e as cooperativas devem indicar as famílias para que a Secretaria de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab) as habilite com base nas condições dispostas nos artigos 3ª e 7ª do Decreto nº 20.426, de 21 de julho de 1999 do Governo do Distrito Federal. A escolha para indicação deve ser feita pela própria entidade mediante sorteio ou pela aplicação dos seguintes critérios: antiguidade de associação; filiação; assiduidade em reuniões e assembleias; contribuições associativas previstas no estatuto da entidade; necessidade socioeconômica; e trabalhos desenvolvidos na entidade.

0127D3AB03
0127D3AB03



Casas em construção deveriam abrigar apenas pessoas de baixa renda

Placas identificam empreendimento erguido a partir de iniciativa pública

0127D3AB03
0127D3AB03

"Extorsão e estelionato"

O gerente de Cooperativa da Diretoria Imobiliária da Codhab, Paulo Valério, admite que o órgão não exige das entidades os critérios de substituição dos associados. Mesmo que sejam enviadas, a lista das mudanças não passa por rigoroso processo de averiguação. "Pedimos que isso esteja registrado em uma ata de reunião de todos os cooperados. Ela é encaminhada para a Codhab, mas, via de regra, eles têm que fazer uma assembleia para indicar a outra pessoa", explicou.

Segundo Valério, cerca de 3 mil das 5,3 mil previstas estão habilitadas para a 4ª Etapa do Riacho Fundo 2. "Se a pessoa comprova a renda, mora no DF há pelo menos 5 anos e nunca foi atendida na política habitacional do GDF, ela passa a ter direito ao empreendimento", disse.

O diretor da Codhab acrescentou que o único custo para os beneficiários é uma taxa de licenciamento ambiental e de regularização urbanística. A reportagem apurou que esse valor não ultrapassa R$ 3 mil. "Quem estiver sendo cobrado para se manter na lista ou qualquer coisa parecida, precisa procurar a Sedhab e a polícia, porque isso é extorsão e estelionato. A União doou a área, e o financiamento será feito pelo Minha Casa, Minha Vida", concluiu.

O Correio tentou contato com a AMMVS durante toda a tarde da última sexta-feira, mas o número informado na internet só dava ocupado ou ninguém atendia as ligações.

Denúncia de venda de lotes do Minha Casa, Minha Vida é investigada Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas do DF apuram as supostas irregularidades

Mara Puljiz

Publicação: 27/05/2013 06:15 Atualização:

0127D3AB03
0127D3AB03

Casas em construção deveriam abrigar apenas pessoas de baixa renda

Uma área do governo federal no Riacho Fundo 2 é alvo da cobiça de cooperativas e associações habitacionais. Em um jogo de cartas marcadas, cujo objetivo é beneficiar quem paga indevidamente por um lote financiado com dinheiro público, golpistas cobram alto em nome do sonho da casa própria. No empreendimento 4ª Etapa do bairro, onde 5.904 unidades habitacionais são construídas por meio de convênio entre a União e o GDF, há quem cobre de R$ 15 mil a R$ 20 mil como "entrada" para garantir um imóvel que deveria ser popular. Esse dinheiro acaba rateado pelos estelionatários. A Controladoria-Geral da União já tem conhecimento do esquema e confirmou à reportagem que investiga a atuação dos criminosos.

Leia mais notícias em Cidades

O esquema envolve pelo menos 50 pessoas ligadas a cooperativas do Riacho Fundo e de Samambaia. As construções são financiadas pela Caixa Econômica Federal por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas é o GDF que tem a obrigação de monitorar a atuação das associações habitacionais. O projeto deveria beneficiar pessoas de baixa renda, indicadas pelas associações. Como as entidades ligadas a movimentos sociais têm liberdade para indicar os próprios afiliados, qualquer pessoa pode ser encaixada por meio de documentos fraudulentos para furar a fila.

0127D3AB03
0127D3AB03

CORREIO BRAZILIENSE *28/05/2013*

Entidades fantasmas em ação

Um contrato social fraudulento, com CNPJ de um mercadinho de Ceilândia e um falso carimbo de cartório. No documento, informações de uma cooperativa de Samambaia não

credenciada para participar dos programas habitacionais do GDF. Por meio da Associação Escrava Anastácia (Abenesa), envolvida em denúncias de golpes contra quem sempre sonhou com a casa própria, imóveis pagos com dinheiro público são vendidas ilegalmente na Etapa 4 do Riacho Fundo 2. No empreedimento, um imóvel de 43,95 metros quadrados, dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço pode ser negociada por R$ 79 mil.

Em 2011, o desempregado Daniel Aparecido de Souza Alcântara, 21 anos, recorreu à Abenesa para adquirir um lote vazio na mais nova área do Riacho Fundo 2. Ele diz ter pago R$ 8 mil à cooperativa por uma vaga de substituição de ex-filiado. Nesse caso, ele ficaria, segundo a associação, apto a receber a residência do governo, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. De fato, no ano passado, Daniel conta ter sido chamado pelo GDF para a entrega de documentação. A Abenesa, realmente, o incluiu como beneficiário da iniciativa, apesar de ele não preencher os pré-requisitos.

Segundo Daniel, nessa época, uma associação credenciada pelo governo, a Confhuac, cobrou mais R$ 3 mil para que ele pudesse fazer a entrega dos documentos. "Não tenho mais dinheiro. Ela (a entidade) agora está habilitando as pessoas para um condomínio em Samambaia. Tinha o sonho de ter a minha casa. Sinto-me enganado", disse (leia Depoimento). A Confhuac atua em parceria com a Abenesa.

O publicitário Robhim Souza Araújo, 30 anos, também se diz vítima dessa última cooperativa. Ele contou ter se filiado em 2011 e pagado R$ 10 mil, à vista, além de entregue um carro no valor de R$ 20 mil, um Fox 2008. "Eu dei, em dezembro, a última parte do dinheiro. O lote sairia em novembro e, até agora, nada. Não vou registrar na delegacia, porque estelionato não dá em nada nesse país", afirmou. A reportagem tentou entrar em contato com as duas associações, mas ninguém atendeu as ligações.

Suspensão
A Etapa 4 do Riacho Fundo 2 tem 1,3 milhão de metros quadrados e foi doada pela União para cooperativas do DF. Serão construídas 5.904 unidades habitacionais, frutos de um convênio entre o GDF, o governo federal e a Associação Pró-Morar do Movimento Vida de Samambaia (AMMVS), que representa 203 entidades sociais. As casas e os apartamentos serão financiados pela Caixa Econômica Federal.
Um processo no Tribunal de Contas (TCDF) e na Controladoria Geral da União (CGU) apura as supostas irregularidades na região. Na edição de ontem, o Correio denunciou que as associações cobram entre R$ 15 mil e R$ 20 mil para garantias sobre um imóvel popular. O projeto deveria beneficiar pessoas de baixa renda indicadas pelas associações habitacionais, mas, por meio de cartas de desistências de filiados, qualquer pessoa pode ser encaixada por meio de documentos fraudulentos.

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) não respondeu à reportagem se os processos dos habilitados pelo GDF serão revisados. Limitou-se a dizer que "a SPU destinou a área para o GDF para projeto de habitação com regras claras para enquadramento das famílias beneficiárias."

Segundo o secretário da AMMVS, Carlos Antônio Silveira, a associação "simplesmente é a entidade que recebe as demandas e confere se as pessoas indicadas têm mais de cinco anos de Brasília e nunca tiveram imóvel", informou. Acrescentou que o grupo fará uma auditoria

0127D3AB03
0127D3AB03

para apurar as supostas irregularidades. "Se alguém foi lesado por cooperativa, esta será responsabilizada e pode ser excluída do processo. A diretoria não compactua com nada que seja irregular", garantiu. Os processos de habilitação estão suspensos, segundo nota encaminhada pela cooperativa.

Cadastro

Entre as regras para participar da Etapa 4 do Riacho Fundo 2, o interessado deve comprovar com um nada consta que não tem imóvel no próprio nome no Distrito Federal ou no Entorno, morar em Brasília há pelo menos cinco anos, além de ter renda familiar mensal de, no máximo, cinco salários mínimos, ou seja, R$ 3.390."

Diante de todo o exposto, é de fundamental importância esta Audiência Pública para que esta Comissão, em defesa do Programa Minha Casa Minha Vida, da fiscalização do uso e utilização de áreas da União e em especial, da população necessitada, discuta e tome as providências necessárias para o controle dos programas, áreas e das políticas públicas brasileiras, em especial a de habitação popular.

Sala das Sessões, de maio de 2013

Deputado Vanderlei Macris – PSDB/SP

Deputado Izalci – PSDB/DF

0127D3AB03
0127D3AB03